

A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ESPAÇO ESCOLAR

THE INCLUSION OF AUTISTIC STUDENTS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

LA INCLUSIÓN DEL AUTISTA EN EL ESPACIO ESCOLAR

Rudinei Blanke¹

Resumo

O artigo busca refletir sobre situações de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento do aluno autista e a capacidade de conhecimento, por meio da utilização de jogos e atividades educacionais. Tendo como objetivo de a pesquisa analisar o papel do pedagogo no ambiente escolar, assim como pesquisar sobre o histórico e as definições do autismo e analisar a legislação vigente sobre a inclusão, buscando contextualizar a escola de educação do ensino fundamental, refletindo assim as estratégias educacionais para alunos autistas. A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura o acesso ao ensino regular alunos com deficiência (mental, física, surdos e cegos), com transtornos globais do desenvolvimento, desde a educação infantil até à educação superior. Acredita-se que os profissionais da educação não estão preparados para exercer esta tarefa de inclusão de alunos autistas. Para tanto, utilizou-se a metodologia bibliográfica com enfoque qualitativa, em artigos, dissertações, livros e sites da internet que abordassem sobre o tema. Ademais, construiu-se uma reflexão sobre as estratégias educacionais para alunos autistas na educação.

Palavras-chave: inclusão; autismo; Política Nacional de Educação Especial; escola.

Abstract

This article aims to reflect on learning situations that enable the development of students with autism and their capacity for knowledge through the use of games and educational activities. The objective of the research is to analyze the role of the pedagogue in the school environment, as well as to investigate the history and definitions of autism and examine the current legislation on inclusion, seeking to contextualize elementary education schools and reflect on educational strategies for students with autism. The National Policy on Special Education, from the perspective of Inclusive Education, ensures access to regular education for students with disabilities (intellectual, physical, deaf and blind), as well as those with pervasive developmental disorders, from early childhood education to higher education. It is believed that education professionals are not sufficiently prepared to carry out this task of including students with autism. Therefore, a qualitative bibliographic methodology was used, based on articles, dissertations, books, and internet sources addressing the topic. Furthermore, a reflection on educational strategies for students with autism was developed.

Keywords: inclusion; autism; National Policy on Special Education; school.

Resumen

El artículo busca reflexionar sobre situaciones de aprendizaje que permitan el desarrollo del estudiante con autismo y su capacidad de adquirir conocimiento, mediante el uso de juegos y actividades educativas. El objetivo de la investigación es analizar el papel del pedagogo en el entorno escolar, así como investigar la historia y las definiciones del autismo y analizar la legislación vigente sobre inclusión, buscando contextualizar la escuela de educación primaria y reflexionar sobre las estrategias educativas para estudiantes con autismo. La Política Nacional de Educación Especial, en la perspectiva de la Educación Inclusiva, garantiza el acceso a la educación regular a estudiantes con discapacidad (intelectual, física, sordos y ciegos), así como a aquellos con trastornos generalizados del desarrollo, desde la educación infantil hasta la educación superior. Se cree que los profesionales de la educación no están preparados para llevar a cabo esta tarea de inclusión de estudiantes con autismo. Para ello, se utilizó una metodología bibliográfica con enfoque cualitativo, basada en artículos, disertaciones, libros y sitios web que abordan el tema. Además, se desarrolló una reflexión sobre las estrategias educativas para estudiantes con autismo.

Palabras clave: inclusión; autismo; Política Nacional de Educación Especial; escuela.

¹ Licenciado em Pedagogia no Centro Universitário Internacional - UNINTER.

1 Introdução

A escola é o lugar onde a criança irá construir habilidades e se desenvolver por meio da música, jogos, histórias, e o educador deve criar e propor possibilidades para o educando se desenvolver socialmente. Para isso, a instituição deve observar os diferentes seres existentes no ambiente de aprendizagem, esses que podem apresentar diversos distúrbios. Assim, o presente artigo apresenta a pesquisa realizada na disciplina de conclusão de curso, de Licenciatura em Pedagogia, em que, por meio de leituras, reflexões e diálogo, se pode conhecer e compreender, numa perspectiva teórica, importantes pressupostos construídos em torno do tema “A inclusão do autista no espaço escolar”.

Diante desse contexto, vale destacar que as aulas proporcionam muitos momentos para conhecer como acontece esse processo, todavia são diversas e dicotômicas as práticas em escolas e os resultados nem sempre são os esperados. Assim, busca-se com este artigo verificar situações de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento do aluno autista e a capacidade de conhecimento, por meio da utilização de jogos e atividades educacionais.

Hoje, ainda, temos dificuldade quando tratamos da educação inclusiva, visto haver falta de informação sobre o que deve ser feito ou não e, quando se tem em sala de aula alunos que apresentam necessidades especiais, esta realidade fica bem mais preocupante. Em vista disso, a inclusão dificulta o cotidiano de todas as crianças nas escolas, trazendo problemas sociais e familiares, impossibilitando, também, a vida dos pais no que diz respeito à prática do trabalho. Diante dessa afirmação, é importante que a criança com autismo comece desde cedo frequentar a escola de educação infantil, pois já vai se adaptando às regras da instituição, à convivência com os colegas e professores, assim como o professor vai conhecendo as características e necessidade do autista. Ademais, o professor terá melhor compreensão de estratégia e formas para atender seu aluno, podendo, assim, ter um bom relacionamento com todos que fazem parte do seu dia a dia e do processo escolar.

O objetivo central do artigo foi proporcionar situações de aprendizagem que possibilitem o desenvolvimento do aluno autista e a capacidade de conhecimento, por meio da utilização de jogos e atividades educacionais. Além disso, trabalhar a inclusão do autista no espaço escolar faz com que os educadores possam refletir sobre como observar e analisar situações cotidianas de alunos autistas, a fim de construir recursos e ferramentas que possibilitem a melhoria de aprendizagem dos envolvidos no processo, assim, a metodologia utilizada no artigo é bibliográfica de abordagem qualitativa.

Vale ressaltar, também, que artigo é de grande relevância no âmbito social e educacional, pois a inclusão nas escolas está cada vez mais presente e trazendo novos desafios. Não é mais possível que professores e gestores fujam da realidade e não incluam alunos com necessidades especiais no contexto diária de aprendizagem. Assim, o projeto visa aumentar a qualidade do ensino desses alunos, oferecendo a eles ferramentas que proporcionem maior autonomia, assim como conhecimentos cognitivos e recursos que os auxiliem a enfrentar o cotidiano. Além disso, a escrita busca aumentar a conscientização entre a população acerca do tema, permitindo que todos entendam os desafios específicos que as pessoas com necessidades especiais enfrentam.

Com o desenvolvimento deste artigo, a expectativa é serem criados materiais educativos que possam ser usados por professores para ensinar de maneira mais eficaz e eficiente esses educandos. O projeto também tem como meta criar formas de avaliação adaptadas às necessidades específicas dos alunos, permitindo que eles tenham melhores resultados. Para isso, a escrita fundamenta-se em diversos autores, entre eles Antunes (2004), Gauderer (1992), Mantoan (2003) e Mello (2007).

2 Metodologia

O presente artigo utilizou-se da pesquisa bibliográfica por meio de referências já publicadas, artigos, dissertações e livros e revistas, Leis e Portarias vigentes, sites da internet, apontando caminhos para inclusão escolar de crianças portadoras de autismo. Segundo Gil (1994, p. 71), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado”.

Diante dessa reflexão, o trabalho foi construído por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, iniciando pela apresentação do histórico e definições do autismo, assim como da etiologia e características de crianças autistas. Por sua vez, analisou-se a legislação vigente sobre a inclusão. Por fim, ocorreu a reflexão sobre estratégias educacionais para alunos autistas na educação infantil.

Para Marconi e Lakatos, “toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema. A teoria sendo instrumento da ciência é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados” (Marconi; Lakatos 1990, p. 17). Quanto à sua natureza, representa uma pesquisa aplicada que, segundo Gil “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (2010, p. 27).

Em relação à abordagem do problema, é qualitativa, a fim de analisar detalhadamente os dados levantados pela pesquisa. Para Vianna, a pesquisa qualitativa se analisará cada dado levantado, buscando encontrar as relações, causas, efeitos, opiniões e a compreensão da realidade (Vianna, 2001, p. 120). Já em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa utilizou-se de certas ferramentas adicionais como: pesquisa bibliográfica e levantamento dos dados. A pesquisa bibliográfica de acordo com Marconi e Lakatos, “é a colocação da teoria com o tema desenvolvido, procurando para cada conceito um embasamento teórico” (2010, p. 66).

Em busca de compreendermos melhor sobre o autismo, como a escola vem se preparando para a inclusão de crianças com autismo, pois os professores são vistos como mediadores na transmissão do conhecimento.

3 Revisão bibliográfica/estado da arte: compreendendo o autismo

Acredita-se que a inclusão escolar pode proporcionar aos alunos autistas oportunidades de convivência com outros da mesma faixa etária, a fim de utilizar a escola como um espaço de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Na Convenção de Guatemala promulgada no Brasil (2001, art. 1), pelo Decreto n.º 3.956/2001, a definição é bem mais ampla, o termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Além disso, vale destacar que a expressão autismo foi utilizada pela primeira vez por Bleuler, em 1911, para designar a perda de contato com a realidade, o que acarretava uma grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação dessas crianças (Antunes, 2004).

Em 1943, Kanner usou a mesma expressão para descrever onze crianças que tinham em comum comportamento bastante original. Em 1944, Asperger descreveu casos em que havia algumas características semelhantes ao autismo em relação às dificuldades de comunicação social em crianças com inteligência normal. “Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade” (Antunes, 2004, p. 44).

Segundo Gauderer (1992), só o teste do tempo pode provar se um tratamento baseado em determinada linha de pensamento foi eficaz ou não. Em relação ao histórico do autismo, o autor conclui que:

Só nos últimos vinte anos, o ecletismo realmente entrou em cena quando se tentou integrar várias noções de etiologia da entidade. Assim, Goldfarb, em 1961, descreveu crianças que estariam em um contínuo de esquizofrenia infantil tipo não orgânico, tentando assim reunir a visão organicista com a psicológica. Finalmente, surgiram os trabalhos que passaram a estudar as áreas mais diversas, como cognição e linguagem (Aguria-Guerra e Ruttr em 1966), que culminaram com as publicações de Ornitz e Ritvo, 1976. Estes esmiuçaram as áreas clínica, neurofisiológica, bioquímica e genética numa tentativa de integrá-las (Gauderer, 1992, p. 25).

Por sua vez, o autismo é uma severa desordem no desenvolvimento, inicia-se desde o nascimento, ou se desenvolve nos primeiros dois anos e meio de vida. E esse é definido por Mantoan da seguinte maneira:

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, e três vezes maior se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (Mantoan, 2003, p. 13).

Desta forma, acredita-se ter rastreado os aspectos originários e históricos sobre o autismo, para tanto cabe revisar suas definições e características.

3.1 Definições e características do autismo

Vários autores citam algumas características encontradas em uma pessoa com autismo, como contato visual difícil, preferência em ficar só, não responder às ordens verbais, recusar a ouvir, não interagir com outras crianças, fazer movimentos repetitivos, cheirar e lamber os brinquedos, mostrar-se resistente a mudanças, demonstrar desigualdade motoras, isolamento e, muitas vezes, agressões. Para Gauderer (1992), as características pontuadas pela Organização Mundial de Saúde são:

Autismo é uma síndrome presente desde o nascimento e se manifesta invariavelmente antes dos três anos de idade. Caracteriza-se por respostas anormais à estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto a compreensão da linguagem falada. A fala custa a aparecer, e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical imatura, incapacidade de usar termos abstratos. Há também, em geral, uma incapacidade na utilização social, tanto na linguagem verbal quanto da corpórea. Ocorrem problemas muito graves de relacionamento social antes dos cinco anos de idade, como incapacidade de desenvolver contato olho a olho, ligação social e jogos em grupo. O comportamento é usualmente ritualístico e pode incluir rotinas de vida anormais, resistência a mudanças, ligação a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado. A capacidade para pensamento abstrato-simbólico ou para jogos imaginativos fica diminuída. A inteligência varia de muito subnormal, anormal ou acima. A performance é com frequência melhor em tarefas que requerem memória simples ou habilidade viso-espacial, comparando-se com aquelas que requerem capacidade simbólica ou linguística (Gauderer, 1992, p. 27).

Segundo Gauderer (1992), sua definição de autismo é ser uma síndrome comportamental definida, com etiologias orgânicas também definidas. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (American Psychiatric Association, 2002) pressupõe os seguintes critérios diagnósticos para o transtorno autista.

A. Um total de seis ou mais itens de (1), (2), (3). (1) Prejuízo qualitativo na interação social, manifestado por pelo menos dois dos seguintes aspectos: (a) comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como, contato visual direto, expressão facial, postura corporal e gestos para regular a interação social; (b) fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares ao nível do desenvolvimento; (c) falta de tentativa espontânea de compartilhar prazer, interesses ou relações com pessoas, por exemplo, apontar objetos de interesse; (d) ausência de reciprocidade social ou emocional. (2) Comprometimento qualitativo da comunicação, manifestado por pelo menos um dos seguintes aspectos: (a) atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada; (b) em indivíduos com fala adequada, acentuado prejuízo na capacidade de iniciar ou desenvolver uma conversação; (c) uso estereotipado e repetitivo da linguagem; (d) ausência de jogos ou brincadeiras de imitação social e espontânea, apropriados ao nível de desenvolvimento. (3) padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por pelo menos um dos seguintes aspectos: (a) preocupação insistente com padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco; (b) adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não-funcionais; (c) maneirismos motores estereotipados e repetitivos, por exemplo, agitar mãos e dedos; (d) preocupação persistente com partes de objetos. B. Atrasos ou funcionamento anormal antes dos três primeiros anos de vida, em pelo menos uma das seguintes áreas: (1) interação social; (2) linguagem para fins de comunicação; (3) jogos imaginativos ou simbólicos (American Psychiatric Association, 2002, p. 22).

Observa-se que, em relação aos diagnósticos diferenciais do autismo, os mais descritos são o retardo mental, os transtornos específicos da linguagem, a esquizofrenia e os demais transtornos globais do desenvolvimento. Acredita-se que o processo educacional com metodologias adequadas para crianças autistas na educação fundamental torna-se imprescindível, desde que se organize em conjunto com profissionais da área da saúde inclusive, possibilitando, assim, um atendimento multidisciplinar a essas crianças. São muitas as indagações a respeito do autismo, suas causas e intervenções, de acordo Baptista e Bosa:

Entre os tipos mais comuns de indagações e confusões acerca do autismo estão as seguintes questões: é doença psiquiátrica? É psicose? É de causa orgânica? Só ocorre em famílias de alto poder aquisitivo? Resulta de rejeição e falta de afeto parental? Tem cura? Qual o tipo de intervenção mais adequada? Ouve-se falar em pré-autismo, pseudo-autismo e pós-autismo. E está instaurada a confusão! Paradoxalmente, estamos em uma espécie de torre de Babel, discutindo os “problemas de linguagem e comunicação” dos autistas, quando nem mesmo nós estamos em condições de conceber o autismo de forma consensual por uma razão muito simples: a concepção do autismo passa pela própria concepção de cada profissional sobre a relação entre desenvolvimento e psicopatologia; em um nível ainda mais básico, passa pela eterna discussão sobre a relação mente-corpo. Tampouco seremos nós a ditar um denominador comum. (Baptista; Bosa, 2002, p. 22)

Conforme estudo realizado, o autismo passou a ser classificado como um déficit neurobiológico que já nasce com a criança e compromete o desenvolvimento cognitivo, que são deficiências qualitativas na interação social, dificuldades em sua comunicação, sendo assim limitando seu interesse nas atividades.

3.2 Legislação relacionada à inclusão

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, pode-se dizer que a educação foi destacada. A Educação passou a ser um direito de todos independente de raça, etnia, deficiência, religião etc., em que se ter acesso a ela é exercer sua cidadania. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira lei a garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais. No artigo 205 da Constituição, nos diz que:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

A Declaração de Salamanca trata sobre princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, que destaca:

As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores [...] A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação a distância e outras formas de autoformação (Brasil, 1994, p. 27-28).

Desde a publicação da Declaração de Salamanca, é dever das instituições de ensino capacitar seu corpo docente, no intuito de ofertar para os alunos, um ensino de qualidade.

[...] escola não pode ficar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens de nossos valores e sentimentos (Montoan, 2003, p. 12).

Segundo o autor, a escola deve estar preparada para receber os alunos com autismo, para que possa inseri-los sem preconceitos no ambiente escolar.

A Lei n.º 12.764/12 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelece diretrizes para sua consecução e é um forte instrumento de garantia e cumprimento de deveres. A Lei classifica o transtorno como sendo

uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada pela dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e dificuldade para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento (Brasil, 2020).

A Lei n.º 9394/96 garante o atendimento a pessoas com necessidades especiais. Esta lei amplia o conceito de pessoas com necessidades especiais incluindo os superdotados e portadores de condutas típicas, como o autismo e síndrome de Down. Em seus artigos define Educação Especial como aquela ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino que, se necessário, terá serviços especializados conforme as peculiaridades da clientela (Brasil, 1996).

No Capítulo V da Lei n.º 9394/96, trata dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, encontramos orientações referentes à Educação Especial:

CAPÍTULO V - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público (Brasil, 1996).

Ainda, de acordo com a lei n.º 9394/96, para o atendimento de alunos incluídos é necessário ser organizado e planejado, currículo, metodologias e técnicas de trabalho, recursos educativos e organização específica, professores com especialização adequada, acesso igualitário aos benefícios de programas sociais para tal fim.

Conforme o Ministério da Educação (2001), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59, determina-se que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminal idade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 2001).

De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (Brasil, 2001, p. 1)

O educador é a peça-chave para o processo de inclusão, pois exerce a função muito importante na formação de cidadãos. A escola tem respaldo de estatutos, legislação e convenções, que auxiliam na nova forma de educar, pois uma escola inclusiva é um grande desafio.

3.3 Inclusão e formação continuada

A inclusão, para ser significativa, deve ver a escola como uma instituição importante quanto às oportunidades para os professores, oferecendo-lhes formação continuada a fim de que esses direcionem as metodologias de trabalho de forma mais eficaz aos alunos autistas inclusos. É necessário o professor descobrir quais as habilidades que o aluno com autismo apresenta e quais ele precisa construir, como descobrir os interesses, desejos, sonhos, dificuldades, possibilidades, para, assim, escolher os materiais adequados para estimular o aluno.

A Educação Inclusiva não é uma tarefa fácil, várias pessoas são envolvidas no processo, uma depende da outra e todas dependem do governo e das autoridades do país. A criança de Inclusão precisa de uma atenção maior, precisa de materiais apropriados para ela, necessita que

a estrutura da escola também esteja apropriada para recebê-la. Segundo a Declaração de Salamanca:

As escolas integradoras devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender: adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades (Brasil, 1994, p. 23).

A falta de preparação dos professores, a infraestrutura da escola e outros diversos fatores, contribuem para que o aluno de inclusão seja prejudicado, pois gera exclusão e acaba por afetar o processo de ensino aprendizagem e de relacionamento desse aluno.

Acredita-se que a inclusão escolar possa proporcionar aos alunos autistas oportunidades de convivência com outros da mesma faixa etária, a fim de utilizar a escola de educação fundamental como um espaço de aprendizagem e de desenvolvimento integral. Defende-se que esta inclusão seja significativa, por isso a importância de a escola oportunizar aos professores momentos de formação continuada para o direcionamento de metodologias de trabalho mais eficazes para os alunos inclusos. Segundo os autores Baptista e Bosa:

Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo, aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo, perder o compromisso com a ciência, a consciência e com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equiparados com as mãos, é falar e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca de espaço para nossos saberes e ignorância (Baptista; Bosa, 2002, p. 37).

Pode-se dizer, no sentido da ação, que a escola tem se respaldado (estatutos, legislações e convenções) e, no que tem efetivado, venha a favorecer a adesão a uma nova forma de educar e pensar. Como afirma Freire:

Ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção, podendo, assim, possibilitar a formação da sua cidadania. Ou seja, os conhecimentos e habilidades a serem adquiridos e desenvolvidos na escola pelo aluno serão entendidos como ferramentas de apoio e de complementação para essa formação e conscientização, em vez de serem percebidas como finalidades últimas (Freire, 1989, p.22)

O professor deve sempre buscar novos conhecimentos e estratégias para ministrar suas aulas. É de inclusão que se vive a vida. O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece e isso não seria diferente com os portadores de necessidades educacionais especiais (Freire, 1989).

O educador pode propiciar às crianças especiais uma educação de qualidade e agir de maneira que se sintam definitivamente inseridas no meio em que vivem. Em seus estudos, Mantoan (2011) menciona sobre a importância da escola. Para ele, a escola é um espaço sociocultural responsável pedagogicamente pelo conhecimento, sendo a inclusão direito de todos. A autora nos declara que o caminho percorrido pela escola na tentativa de incluir é marcado pela exclusão do aluno, devido ao caráter conservador do ensino. Dessa forma, a formação docente continuada precisa preparar o professor para processo de inclusão, de acordo com Orrú:

Fica-nos claro que a formação do educador não se dá de um dia para o outro. Ela é um processo contínuo e não acabado que perpetua mesmo após sua passagem pela academia. Portanto, os conhecimentos que são construídos e internalizados durante a formação acadêmica, as práticas reflexivas, o diálogo aberto com os colegas da mesma profissão ou de outras áreas profissionais, a troca de experiências vivenciadas, o abrir-se a criatividade, as leituras e estudos complementares, a transformação consciente de si próprio e de suas ações, a sede pelo saber, a humildade para aprender com todos, o respeito pelo ser humano e o compromisso com a escolha, função e ação da profissão docente é que constituem o educador num processo generoso da vida humana, capaz de modificar-se, provocar modificações no outro, modificar o próprio ambiente e, assim, modificar as estruturas de um país (Orrú, 2008, p. 11).

Ressalta o autor que o processo ensino aprendizagem contempla uma criteriosa relação pedagógica, o cotidiano e formação de conceitos e destaca a importância do papel do professor que desempenha essa prática em seu ambiente de ensino.

Torna-se necessário cada vez mais estudo e pesquisa sobre o tema autismo, pois compreendê-lo exige uma constante aprendizagem, uma revisão contínua diante de crenças, valores e conhecimentos sobre o assunto. Por isso acredita-se que independente dos diagnósticos de alunos autistas, o professor deve estar preparado para o imprevisto, para a reflexão acerca de suas ações e metodologias de trabalho. Investir na formação docente continuada em que se busca maneiras para a inclusão de alunos autistas, requer o comprometimento da escola, professores, pais e sociedade.

3.4 O processo de aprendizagem de crianças autistas

Com base em Carothers e Taylor (2004), o objetivo da educação de uma criança autista é o de aumentar sua independência, a fim de proporcionar mais segurança ao executar tarefas do cotidiano, além de melhorar a qualidade de vida da criança e de seus familiares. Diante disso, é na escola e no ambiente familiar que a criança desenvolve suas aprendizagens, seja no quesito valores, seja na construção de suas aprendizagens cognitivas, mesmo assim, não se pode assegurar que se concretize aprendizagens. Assim, é de fundamental importância que se

trabalhe na criança a autonomia, como fazer a higiene diária, vestir-se, preparar o alimento para comer, servir-se sozinha, entre outras habilidades importantes para a independência e autonomia do ser. Nesse contexto, a criança pode desenvolver com mais eficiência sua oralidade, tendo em vista que deverá argumentar e se fazer entender para ser atendida em seus pedidos. Ademais compete aos responsáveis, realizar passeios, explorar ambientes sociais, fazer a criança desenvolver a percepção, a análise e a criticidade.

Vale ressaltar, também, a necessidade de a criança se socializar, conviver com crianças de sua idade. E a escola entra com sua participação no desenvolvimento desse agir. Cabe a ela aumentar a complexidade das ações, sempre lembrando de não tirar a criança autista de sua rotina, visto isso ser fundamental para a construção cognitiva da criança. Além disso, aos poucos a escola deve inserir pequenas mudanças ao autista, para ele sentir mais seguro do que irá realizar ou enfrentar.

De acordo com Carothers e Taylor (2004), existem algumas técnicas que têm certa eficácia para a aprendizagem de crianças autistas. São as técnicas de aprendizagem que, se utilizadas de maneira adequada, podem fazer muita diferença na vida dessas crianças. Para esses autores, diversas ações podem ser realizadas, como:

Modelagem através de gravação de vídeo - Um aluno que já adquiriu uma habilidade é gravado executando-a e assim o vídeo pode ser repetido várias vezes para o aluno que ainda não adquiriu a habilidade em questão. Essa técnica pode ser usada para ensinar crianças com autismo a fazerem compras no mercado, por exemplo. Rotina de atividades pictográficas - Ilustrações como fotos, desenhos etc., compõe estágios de uma tarefa, para que o aluno siga as instruções e complete a tarefa independentemente. Com essa técnica é possível ensinar como fazer tarefas domésticas, de escritório e lavanderia. Participação e Orientação de Colegas - Outras crianças normotípicas são usadas como modelos para o ensino de habilidades funcionais na comunidade para alunos com autismo. Foi possível através do uso dessa técnica que crianças com autismo aprendessem a pegar livros da biblioteca, comprar itens em um bazar e atravessar a rua. (Carothers; Taylor, 2004)

Também, existem técnicas desenvolvidas para o tratamento de crianças autistas em casa e/ou em clínicas de tratamento, que se aplicadas de maneira correta e consciente podem ser eficientes na reabilitação destas crianças, principalmente as que começam o tratamento cedo. Também há:

Comunicação facilitada – Foi desenvolvida na Austrália como meio facilitador da comunicação. Ela é feita através do uso de um teclado que pode ser de máquina de escrever ou computador, onde o autista transmite seus pensamentos com ajuda do facilitador que lhe oferece o necessário suporte físico. No início essa técnica teve bastante aceitação pelos pais e profissionais, pois com esse novo recurso os autistas passariam a manifestar a transmitir seus reais pensamentos. Com o tempo a seriedade desta técnica passou a ser questionada, devido a denúncias feitas por autistas. Integração Auditiva – Desenvolvida nos anos 60 pelo otorrinolaringologista francês

Guy Berard. Nessa técnica a criança ou adulto ouve música, através de fones com algumas frequências de som eliminadas através de filtros. De acordo com Berard esse tratamento ajudaria a criança a adaptar-se a sons intensos. Depoimentos de alguns pais afirmam ter obtido sucesso com este tratamento, porém a maioria diz não ter obtido nada através deste tratamento. Existem muitas divergências de opiniões referentes a esta técnica. Integração Social – Semelhante à integração auditiva. Ela é feita através de toques, massagens e outros equipamentos como balanços, bolas terapêuticas etc. Ela visa integrar informações que chegam ao corpo da criança como brincadeiras que envolvem movimentos, equilíbrio e sensações. Movimentos Sherborne – “Relation Play” – Método idealizado pela professora de educação física Veronica Sherborne, que visa desenvolver o autoconhecimento através da consciência de seu corpo e do espaço que a cerca, pelo ensino do movimento consciente. Essa técnica nem sempre é eficaz, mas a utilização dela possibilita interação entre os pais e familiares com as crianças autistas, algo que não é fácil. (Carothers; Taylor, 2004)

Mesmo considerando que o tratamento é realizado com auxílio de programas individuais em função da evolução de cada criança, os aspectos autonomia e independência podem ser fundamentais como alvos preferenciais de tratamento em um programa de intervenção precoce, com indivíduos com Síndrome de Asperger. Ademais, a realização de comunicação não-verbal, aspectos sociais, aprender a esperar a vez no momento de executar trabalhos e atividades coletivas, são fundamentais ao crescimento intelectual da criança em análise.

Deve-se atentar, da mesma maneira, para desenvolver o mesmo tempo é importante: trabalhar na redução dos problemas de comportamento; utilizar tratamento farmacológico se necessário; que a família receba orientação e informação; que os professores recebam assessoria e apoio necessários (Mello, 2007, p. 28). E, com o desenvolvimento das cidades e das escolas quanto ao método de ensinar, confirma-se que as crianças autistas podem frequentar escola regular, porém nelas ainda existem carências, surgindo assim a necessidade de se procurar outra instituição que ofereça ensino especial.

De acordo com Mello (2007), é possível que nas escolas existam casos não diagnosticados de crianças com autismo, que devido as suas dificuldades e diferenças são rotuladas de indisciplinadas, desorganizadas, sem limites, lentas etc. Diante desse contexto, o professor deve estar atento ao comportamento dos alunos, caso note perceba ações diferentes, deve levar a situação até a coordenação da escola para que com os pais encaminhem a criança para um especialista. Essa ação mostra que o educandário tem uma missão importante na investigação diagnóstica, pois é o primeiro lugar fora de seu ambiente familiar que a criança frequenta.

Outro elemento importante para o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança com autismo é o currículo educacional. Segundo Nunes:

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e

dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais (Nunes, 2008, p. 4).

Para a autora (Nunes, 2008), os envolvidos no processo de aprendizagem têm um importante papel na educação da criança autista. Deve-se fazer surgir dentro da escola estratégias para que essas crianças consigam desenvolver suas capacidades e interagir com as outras crianças.

Percebe-se, também, que a escola deve preocupar-se com o plano de trabalho para a criança autista. Esse deve contemplar um planejamento e objetivos que visem ao estágio de desenvolvimento da criança em questão. O planejamento jamais pode ser idêntico a uma criança, dita normal em seu desenvolvimento de aprendizagem, mas sim estar alinhado ao potencial do educando, de acordo com sua idade e de acordo com o seu interesse.

Nunes (2008, p. 4), afirma ainda que “na realidade, os problemas encontrados na definição de autismo, refletem-se na dificuldade para a construção de instrumentos precisos e adequados para um processo de avaliação e condutas”.

Outra questão que deve ser considerada pela escola diz respeito à avaliação do aluno autista. É preciso levar em consideração e respeitar sua condição limitada, sua forma de se expressar de forma que não agride sua vida escolar.

De acordo com Camargos Jr. (2002), “dentro da escola a intervenção pedagógica parte do estudo de análise e relatórios psiquiátricos, psicológico, neurológico, pedagógico e social”. Frente a esta escrita, deve-se observar o tempo, a compreensão, as metodologias e habilidades tanto do autista quanto dos ensinastes, visto cada um possa seu ritmo e tempo na realização de suas atividades. Os autistas podem, sim, superar suas dificuldades se tudo isso for obedecido.

4 Considerações finais

Conclui-se que a Síndrome do Autismo, embora com muitas características comuns a outras síndromes, possui identidade muito diferenciada. A escola de ensino fundamental sente-se de certa forma incapaz de desenvolver uma educação inclusiva, tanto pela necessidade de profissionais especializados, como também pelo espaço físico que um autista precisa, haja vista suas necessidades de organização e rotina.

Para o processo de inclusão dos portadores desta síndrome acontecer, é preciso que haja um comprometimento com a educação, só assim poderemos derrubar os preconceitos que abordam o desenvolvimento da cidadania para todos.

Ao se analisarem os textos e as legislação sobre a inclusão, percebeu-se que a precisa de uma renovação pedagógica, em que a escola e a sociedade se adaptem e que o professor é considerado o agente que pode transformar a escola, estando preparado para assim garantir o acesso e as informações que o aluno precisa.

O aluno com síndrome de autismo exige da escola uma organização e uma atenção em todos os aspectos, tanto na estrutura física como num ambiente agitado a criança não consegue se adequar. Percebe-se que o professor deve se capacitar e aceitar a inclusão, tornando sua sala de aula, em um ambiente propício para a construção do conhecimento.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4 ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANTUNES, C. **O autismo, a afetividade e a educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2025]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 131, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BRASIL. **Referenciais para a formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

CAMARGOS JR., W. *et al.* **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: Corde, 2002.

CAROTHERS, D. E.; TAYLOR, R. L. Como pais e educadores podem trabalhar juntos pela inclusão. **Construir e Incluir**, 2011. Disponível em: <https://construireincluir.blogspot.com/2011/08/como-pais-e-educadores-podem-trabalhar.html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. Brasília: CORDE, 1992.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 5 ed. Brasília: CORDE, 2007.

NUNES, D. C. S. O pedagogo na educação da criança autista. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA, 3. **Anais [...]** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <https://3cnienssup.ufrn.br/anais.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s. l.], v. 33, n. 1, 2008. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie3312965>. Disponível em: <https://rieoei.org/rie/article/view/2965>. Acesso em: 09 jun. 2026.

VIANNA, I. O. A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

Data de submissão: 05/01/2026

Data de aceite: 03/06/2026